



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 8, Nº 2 (ESPECIAL), 2023, P. 147-159
ISSN: 2448-2390

Pensando a democracia com Jacques Rancière

Thinking democracy with Jacques Rancière

DOI: 10.20873/rpv8n2-78

Oneide Perius

Orcid: 0000-0002-0298-9727
Email: oneidepe@yahoo.com.br

Fábio Caires Correia

Orcid: 0000-0002-1768-3720
Email: fabio.caires@unesp.br

Resumo

Pensar a radicalidade e a efetividade da democracia em um país como o Brasil é uma tarefa árdua e complexa que, seguramente, ultrapassa o escopo de um artigo, ou mesmo de vários. Alguns apontamentos, no entanto, parecem ser necessários no atual contexto em que, uma vez mais, o fantasma do autoritarismo se tornou real e mostrou novamente sua face sangrenta e destrutiva. Convidamos, neste estudo, o filósofo francês Jacques Rancière para uma interlocução acerca do significado e dos desafios da democracia no século XXI. Em primeiro lugar, em como podemos compreender e como enfrentar o ódio que historicamente provoca.

Palavras-chaves

Democracia. Político. Democracia brasileira. Ódio à democracia. Jacques Rancière.

Abstract

Thinking about the radical nature and effectiveness of democracy in a country like Brazil is an arduous and complex task, that certainly goes beyond the scope of an article, or even several. Some notes, however, seem to be necessary in the current context in which, once again, the ghost of authoritarianism has become real and has once again shown its bloody and destructive face. In this study, we invite the French philosopher Jacques Rancière for an interlocution about the meaning and the challenges of democracy in the 21st century. First, how we can understand and how we can face the hatred that historically provokes.

Keywords

Democracy. Political. Brazilian Democracy. Hatred of Democracy. Jacques Rancière.

Introdução

Walter Benjamin (1991, p. 697), em certa ocasião, escreveu o seguinte: “Admirar-se de que tais acontecimentos ainda sejam possíveis no século XX não é filosofia e não representa nenhum conhecimento, a não ser este, que a concepção de história que sustenta tal admiração é insuficiente.” O filósofo alemão falava, naquele momento, daqueles que se espantavam com a realidade da barbárie no coração da Europa civilizada. Parecia-lhes impossível acreditar que o horror nazista fosse avançar em um continente tão esclarecido. E a demora na compreensão dos sinais dos tempos e na ação política de enfrentamento do totalitarismo foi, certamente, um dos fatores que contribuiu para o rápido avanço deste conjunto de ideias e ações nefastas. Uma certa letargia provocada pelo efeito embriagador da crença em uma metafísica do progresso se fazia sentir de modo extremamente potente. Uma concepção de história, portanto, que não leva em consideração o caráter aberto e conflitivo, a luta de forças progressivas e regressivas, deve ser posta em questão.

No século XXI não podemos, portanto, ignorar o fato de que no âmbito da história o tensionamento constante de forças é uma realidade. E que, neste sentido, não há nada definido. Ao mesmo tempo em que vemos um avanço significativo nas reivindicações democráticas de participação e reconhecimento, vemos também inúmeras crises servindo como álibis para as mais diversas pautas reacionárias. Neste sentido, Jacques Rancière é enfático ao identificar e analisar um fenômeno muito significativo e importante para entender o início do século XXI, qual seja, o ódio à democracia. O recente avanço de forças políticas da extrema direita em diversos países confirma a importância de se entender este fenômeno. Paralelamente ao avanço de políticas inclusivas e de reparação histórica, vê-se o despertar de um movimento ainda mais virulento de ataques e violência por parte daqueles que não são capazes de ver com bons olhos a metamorfose social, ainda que tímida do ponto de vista estrutural, destas últimas décadas.

Nosso artigo pretende, dessa maneira, partir deste contexto de luta pela construção de uma sociedade cada vez mais participativa e democrática e do consequente e necessário enfrentamento de forças conservadoras que se mostram cada vez mais ativas no mundo todo, em especial no Brasil. Para realizar o propósito do estudo, portanto, precisaremos situar

brevemente a luta pela democracia no Brasil, servindo-nos de algumas reflexões, especialmente do filósofo francês Jacques Rancière, para pensar a questão e os desafios que esta realidade nos impõe. Fundamentalmente, a importância de levar em consideração os estudos deste autor se deve ao fato de que em sua obra encontramos uma perspectiva mais ampla para pensar a democracia contemporânea.

Não se faz necessário, apenas, identificar que país é democrático e qual não é. Também não é sua tarefa fazer um comparativo entre governos. Sua análise nos conduzirá, isso sim, até o íntimo significado político do princípio democrático e, assim, será capaz de nos mostrar o porquê do crescente ódio que provoca e os desafios que impõe. Em síntese, não há um governo ou um Estado democráticos. Democracia não é um estado de coisas, mas sim, um princípio de diluição do poder. Em outras palavras, democracia não está separada do respeito ao espaço propriamente político. Em determinada realidade este princípio democrático encontra melhor acolhida, em outra gera mais ódio e resistência. Dessa maneira, assim esperamos, estas análises talvez possam nos ajudar a pensar a realidade brasileira.

Política e Democracia no Brasil

“A Política”, como acertadamente destaca Hannah Arendt (2006, p. 21), “baseia-se na pluralidade dos homens”. E mais, “a política trata da convivência entre diferentes.” (ARENDR, 2006, p. 21). Dessa forma, percebe-se, a partir de tal concepção, que a política não é vista como uma propriedade do “animal humano”, mas sim, algo que acontece no encontro entre seres humanos, portanto, na diversidade e na pluralidade. O espaço daquilo que é propriamente o político se mostra no encontro das diferenças, na convivência, no diálogo, mesmo e especialmente no dissenso. Eliminar as diferenças e a diversidade, portanto, é atentar abertamente contra aquilo que chamamos de política. No entanto, tão antiga como esta tentativa de pensar a política e as suas consequências, é também a tentativa de limitar este espaço do que é precisamente o político. Não faltam modelos, ao longo da história, que buscam, justamente, neutralizar este espaço em nome de uma ordem eterna e imutável, em nome de um poder exercido de forma vertical. Ou seja, a provisoriedade e o caráter aberto e plural do político são, muitas vezes, vistos

como fontes de vícios, erros e perversões. O modelo pastoral, onde um pastor divino guia o seu rebanho, onde, portanto, alguém decide e os outros obedecem, ainda tem atuado fortemente na mentalidade contemporânea.

Rancière (2014a) destaca o exemplo de Platão, que no seu livro sobre o *Político* evoca o tempo em que o pastor divino governava diretamente o rebanho humano. O grande problema da política se situa exatamente neste ponto pois, enquanto no universo do mito há alguém absoluto, um pastor divino que governa, na medida em que as sociedades humanas abandonam esta explicação mítica, restam apenas os seres humanos em suas diferenças. E é nesta pluralidade que o espaço do político se mostra originalmente. Na *polis*, um lugar público, as coisas se decidem de forma horizontal. Por vezes cometem-se erros, tomam-se péssimas decisões, no entanto, é um espaço que garante participação e poder de decisão.

Assegurar este espaço público de ação e decisão significa acreditar que os seres humanos podem governar a si mesmos, sem a necessidade de recorrer às autoridades religiosas, míticas ou quaisquer outras. No entanto, como dizíamos anteriormente, por mais potente e antiga que seja essa ideia, ela sempre esteve acompanhada de múltiplas tentativas de controle. Ao investir alguns de autoridade “natural” frente a outros que são desqualificados para o exercício do poder, o que acaba acontecendo é a neutralização e a negação do político. A sua afirmação, por outro lado, se dá na tensão entre a liberdade de ação e de decisão no âmbito público e as tentativas de controle e limitação que visam justificar a concentração do poder nas mãos daqueles aos quais ele “naturalmente” pertence. Todos os regimes totalitários, como é sabido, partem de uma compreensão de que o poder, por natureza, pertence a alguns indivíduos. Vários critérios servem para essa finalidade. Seja classe social, raça, etc. Assim, por sua própria natureza, os regimes totalitários são uma negação do político.

Um excelente exemplo, que se pode buscar na tradição do pensamento político para ilustrar o que está sendo dito, é o de Thomas Hobbes. Todos irão se lembrar de sua famosa afirmação de que o homem é o lobo do próprio homem. O que está sendo dito, em outras palavras, é que os seres humanos não podem ser deixados sozinhos na horizontalidade de suas relações. Isso seria, no final das contas, uma fonte de violência que potencialmente seria capaz de

destruir a sociedade. O poder absoluto – e é para a justificação deste poder que servem as suas especulações antropológicas – seria, neste sentido, um antídoto à violência.

Na história recente do Brasil vivemos, em mais de uma ocasião, a manifestação deste conjunto de forças que pretendem negar o espaço político. O golpe militar de 1964, que deu origem ao capítulo mais sombrio da história recente do Brasil, foi uma destas ocasiões. No entanto, exatamente pelo fato de nunca termos acertado as contas com os criminosos deste período, pelo fato de nunca termos exigido uma retratação das instituições que participaram disso, este conjunto de ideias ainda nos assombra. Como escreve Anthony Pereira (2009, p.219):

(...) o Brasil foi o [país] que viveu menos justiça de transição após a transição democrática, em parte porque a legalidade autoritária – gradualista e conservadora – de seu regime militar envolveu a participação de boa parte do *establishment* jurídico e continuou a ser legitimada sob a democracia.

Imediatamente percebemos, ao concordar com o comentário anterior, que resta uma vasta herança violenta e totalitária na vida de nossa jovem democracia. O bolsonarismo, manifestação recente do ódio à democracia e da negação da política, se inscreve na história como legado maldito deste período. E seu *modus operandi* é o mesmo, isto é, prometer uma restauração de uma autoridade absoluta, de uma ordem natural mítica e religiosa. Enfim, é a afirmação de uma autoridade contra a suposta corrupção que domina o espaço político. Ou seja, a manutenção de um *status quo* vem acompanhada de uma pauta moral e religiosa que serve como véu encobridor. Porém, mais urgente do que nunca é o exercício de perceber até que ponto nossa democracia ainda não conseguiu se desvencilhar das estruturas autoritárias, a ponto de ser constantemente controlada e ameaçada por elas. Edson Teles (2010, p.315,316) escreve:

Encontramo-nos diante do problema de como conviver com um passado doloroso em um presente democrático, administrando conflitos que não se encerraram com a mera passagem institucional de um governo autoritário para um democrático. Por que passadas mais de três décadas dos crimes e após vinte anos do fim da ditadura brasileira, há reclamação por justiça? Deve-se julgar e punir os responsáveis pelas violações aos direitos humanos? Ou eles podem ser anistiados em nome da reconciliação nacional? O argumento de que a retomada do assunto nos dias de hoje poderia causar algum dano às instituições democráticas não convence. (...) Se alguns países latino-americanos se dedicaram à criação de novos investimentos em direitos humanos, o Brasil manteve-se como modelo de impunidade e não seguiu sequer a política da verdade histórica. Houve aqui uma extensa ditadura, mas os arquivos públicos não foram abertos e as leis de reparação somente ouviram o reclamo das vítimas por meio de frios documentos; não deram direito à voz e não apuraram as circunstâncias das mortes e desaparecimentos.

Este trecho ressoa ainda mais fortemente depois dos acontecimentos políticos recentes. Acompanhamos nestes últimos anos, ao longo do governo Bolsonaro, inúmeras manifestações que abertamente celebram o golpe de 64, além de manifestações enfáticas de representantes do governo e das forças armadas contra o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Vemos assim o quão frágil está o processo de afirmação do princípio democrático no Brasil pós-ditadura. E, neste sentido, se faz necessário observar que uma ditadura só se torna possível em sociedades onde a aversão à política é muito grande. Ou seja, aos poucos vai sendo construída uma imagem negativa da política. E, com ela, um sentimento de impotência, pois a negação da política é a negação da capacidade de agir e de decidir. Nas palavras de Teles (2010, p.299), “O fenômeno totalitário constituiu o estado máximo de deformação da condição humana e o terror reduziu o indivíduo a um objeto, incapacitando-o para a ação política.” Esta é a receita para tornar os seres humanos plenamente governáveis. Mais uma vez a filósofa Hannah Arendt (1989) pode nos ajudar a explicar esta questão. Segundo ela, esse impulso totalitário só se torna tão potente quando os sujeitos perdem lentamente, como se pode observar ao longo do século XX, os vínculos com a comunidade política e o interesse pela participação pública. Política, assim, se torna um sinônimo de corrupção e é por isso que todo regime totalitário se alimenta de discursos anticorrupção.

No Brasil destes últimos anos vimos o retorno deste tipo de discurso. Deus, Pátria e Família são signos que, pela autoridade evidente que evocam, pretendem legitimar a concentração do poder ao mesmo tempo que pretendem desacreditar todos e todas que lutam para que possam fazer parte, que lutam para que suas vozes sejam ouvidas. Disso resulta um evidente enfraquecimento do princípio democrático. Ao invés de insistir na luta por igualdade de condições e pelo respeito à pluralidade, apresentam-se soluções mágicas que prometem resolver todos os problemas com algumas palavras de efeito. Tal como nos filmes de super-heróis, passa-se a esperar por aquele que poderia nos salvar. E candidatos nunca irão faltar. Uns se apresentam em nome de Deus, da Pátria, da Família, outros até mesmo em nome da Democracia.

O que se torna necessário e urgente, no entanto, nos parece ser o exercício de rastrear e enfrentar este ódio à democracia e à política que se construiu no Brasil. A diversidade do povo brasileiro, para que não seja apenas reduzida a frases de efeito, deve se fazer valer. Em outras palavras, enquanto a democracia continuar sendo reduzida à participação nas eleições, e a política for reduzida

a escolher entre tal e tal candidato ou partido, parece-nos pouco provável que possamos avançar na construção de uma cultura democrática. Rancière (2014a, s/p) é preciso neste sentido:

Assim sendo, a realidade do poder do povo vê-se cada vez mais reduzida aos períodos eleitorais, isto é, à escolha, todos os quatro ou cinco anos, entre duas versões mais ou menos coloridas de um mesmo programa fundamental. Por conseguinte, qualquer forma de luta e de expressão popular que se afaste do sistema consensual é de imediato invalidada.

Ou seja, o verdadeiro espaço da política, aquele da construção de condições efetivas de possibilidade de participação, vai muito além da política partidária e eleitoral. Mesmo a esquerda brasileira, em vários momentos, parece esquecer disso. Gostaríamos, neste sentido, de dedicar um pouco mais de atenção ao entendimento do que é democracia na perspectiva de Jacques Rancière para qualificar o argumento e o objetivo deste estudo.

Jacques Rancière: a democracia e o ódio à democracia

Nossas considerações em torno da obra de Jacques Rancière estarão limitadas a dois textos, especialmente. O primeiro é livro *O ódio à democracia* de 2005, traduzido para o português em 2014 pela editora Boitempo. Além disso, o segundo, um pequeno, mas muito instigante, artigo que é resultado da uma comunicação feita pelo autor em 2011 na Universidade Panteion, em Atenas. O título do artigo é *Ainda se pode falar em democracia?* Com isso, acreditamos poder acompanhar as reflexões do autor sobre a democracia de modo satisfatório. Obviamente, o filósofo é autor de toda uma vasta gama de escritos muito originais sobre política. No entanto, metodologicamente assumimos a parcialidade de fazer uma leitura a partir dos dois escritos anteriormente citados.

Primeiramente, o autor parte da questão do significado do termo democracia. E estas são suas palavras: “a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão” (RANCIÈRE, 2014b, p.8). E o trecho seguinte é ainda mais enfático em relação a isso: “Isto porque a democracia destrói qualquer forma de autoridade natural, ou seja, porque a democracia é uma anti-natureza” (RANCIÈRE, 2014a, s/p). O primeiro movimento do autor, portanto, é localizar um ódio atávico a este princípio que retira a legitimidade do exercício do poder por poucos. Democracia, assim, não nasce como uma palavra imediatamente aceita e querida por todos. Provoca, isso sim, um terremoto de reações daqueles que em hipótese nenhuma estão dispostos a abrir mão do poder.

Esse raciocínio, observa Rancière, na verdade não é em nada novo: na verdade, vem de Platão, cuja descrição da democracia atesta um ódio contra ela, que não é diferente de nossos dias. Portanto, a seu ver, estamos diante de uma reiterada descrição da democracia como uma disfunção, como um excesso irreprimível que ameaça o bom funcionamento das instituições governamentais, i.e., de uma descrição que culpabiliza qualquer instância democrática, relegando-a à sua caótica ineficácia. A preocupação com a governabilidade torna-se a pedra angular de um ódio aos sujeitos relutantes em reconhecer as autoridades, de modo que nada mais é do que uma denúncia tanto do individualismo de massa quanto da própria participação popular. Consequentemente, o objetivo de tal descrição é justamente o de aduzir as razões dos processos de elitização das dinâmicas participativas.

Com relação a essa descrição, Rancière conclui, portanto, de maneira clara. O ódio gerado por tal descrição molda uma concepção de democracia como uma condição da sociedade. Uma concepção bem representada pela equação $\text{democracia} = \text{limitação} = \text{sociedade}$,

que sustenta a denúncia dos “crimes” da democracia pressupõe, portanto, uma operação tripla: em primeiro lugar, reduzir a democracia a uma forma de sociedade; em segundo lugar, identificar essa forma de sociedade com o reino do indivíduo igualitário, subsumindo nesse conceito todo tipo de propriedades distintas, desde o grande consumo até as reivindicações dos direitos das minorias, passando pelas lutas sindicais; e, em terceiro lugar, atribuir à “sociedade individualista de massa”, assim identificada com a democracia, a busca de um crescimento indefinido, inerente à lógica da economia capitalista (RANCIÈRE, 2014b, p. 31).

Na história mais recente, democracia está sempre imediatamente associada à oposição aos regimes totalitários. Tanto na Europa como na América Latina. Fala-se, assim, de países democráticos em oposição aos países onde se impôs um partido único, onde um grupo tomou o poder à força. Dessa maneira, parecia natural e até mesmo óbvio o valor da democracia. No entanto, mesmo nas sociedades onde os regimes totalitários foram sendo superados, críticas internas ao conceito foram emergindo. Isto é, até que ponto a mera democracia formal, que consiste em ter um governo eleito e a garantia da defesa da liberdade individual, é de fato uma democracia real? Até que ponto a economia global de mercado, a serviço da qual estão governos de especialistas, permite de fato a participação de todos na participação política?

É esse ponto fundamental que torna mais complexa a questão que estamos investigando. Sem dúvida, trata-se aqui de uma contradição de termos que levava Rancière a afirmar que o que neste caso se define como um sistema político democrático é na realidade uma pós-democracia. Esta denominação, no entanto, não deve ser entendida apenas como uma democracia na era pós-moderna, mas

como o paradoxo que afirma, sob o nome de democracia, a prática consensual de anulação das formas de ação democrática.

A “sociedade democrática” é apenas uma pintura fantasiosa, destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias. E não existe governo democrático propriamente dito. Os governos se exercem sempre da minoria sobre a maioria. Portanto, o “poder do povo” é necessariamente heterotópico à sociedade não igualitária, assim como ao governo oligárquico. Ele é o que desvia o governo dele mesmo, desviando a sociedade dela mesma. Portanto, é igualmente o que separa o exercício do governo da representação da sociedade (RANCIÈRE, 2014b, p. 68).

A lógica do poder leva, necessariamente, à naturalização. Isto é, em toda a sociedade alguns são tidos como mais aptos do que outros para exercê-lo. E democracia, por sua vez, é a afirmação de que qualquer um pode exercer o poder. É um princípio que dilui a naturalização. Assim, por exemplo, numa sociedade escravocrata, os negros são considerados inferiores e incapazes de participar das decisões políticas no espaço público. Em uma sociedade machista, às mulheres é negado o direito de participação. O poder é naturalmente exercido por homens. E assim poderíamos citar vários outros exemplos. Começa-se, desse modo, compreender por que a democracia é um princípio antinatural, pois começa por desestabilizar e desconstruir a ordem histórica que se apresenta como natural ou como segunda natureza. Exigir participação feminina em uma sociedade machista não é algo fácil que será aceito sem muita luta. A escravidão e, ainda hoje, o racismo estrutural, não serão combatidos sem enfrentar estruturas violentas de naturalização do poder. A democracia, portanto, que nasce como um insulto, continua sendo um insulto em nossa sociedade. Várias defesas da palavra democracia não passam de demagogias que propositalmente desconhecem seu verdadeiro significado e se comprometem apenas com o termo para enfeitar discursos.

Vemos, assim, que a defesa radical da democracia implica, necessariamente, uma preservação do espaço político. E o espaço político, por sua vez, só é plenamente respeitado quando as tutelas que historicamente o neutralizaram forem abandonadas. Enquanto Deus ou deuses governarem, direta ou indiretamente, os seres humanos serão apenas coadjuvantes no processo. Michel Foucault foi um autor que fez uma ampla genealogia do poder pastoral, que parece ser a fonte de nossa passiva obediência, internalizada como virtude. Para isso, se pode indicar sua obra *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Apesar de não pretendermos nos aprofundar na perspectiva de Foucault, neste texto podemos ler:

O pastor é aquele que faz a lei, na medida em que é ele que distribui o alimento, que dirige o rebanho, que indica a direção correta, que diz como as ovelhas devem cruzar para ter uma boa progenitura. Tudo isso, função do pastor, que dita a lei ao seu rebanho. Daí a denominação de Zeus como *Nómios*. Zeus é o deus-pastor, o deus que concede às ovelhas o alimento de que necessitam. (FOUCAULT, 2008, p. 183).

Vemos assim, em síntese, que o modelo pastoral é um modelo de exercício de poder onde um pastor guia seu rebanho. E o rebanho obedece plenamente ao seu pastor. Neste sentido, o ressentimento que geram as lutas por democracia, ao ameaçarem esta lógica simples de mando e obediência, é imenso. E não basta, neste sentido, que um governo seja nomeado como democrático.

O ponto de discussão parece então ser o de se perguntar, se ainda há espaço para um discurso sobre o povo no novo espaço de experiência e reflexão aberto pela a desconstrução do quadro categórico tradicional da política moderna? Uma questão central que diz respeito diretamente à democracia e que pode ser formulada nestes termos: é possível, na era pós-democrática, conceber a política da democracia superando sua reiterada condenação? Ou ainda, em outras palavras, em um tempo em que a democracia é colocada ao mesmo tempo negativamente como ameaça social e positivamente como emblema político, é possível manter a ideia de que democracia constitui o nome de uma experiência conflituosa?

Aliás, como bem destaca Rancière, governos ou Estados nunca são democráticos. São sempre certos grupos que detém o poder. São, na maioria dos casos, oligarquias disfarçadas de democracias. Em nossa época, por exemplo, parece bastante evidente a força de governo que possui o mercado. Países são constantemente desafiados em sua soberania por uma lógica econômica que atravessa fronteiras com a maior facilidade e impõe exigências sem grandes cerimônias. O poder econômico governa amplamente sem levar em consideração as vozes daqueles excluídos e daquelas excluídas do círculo restrito de cidadãos e cidadãs. O autor escreve, em relação a isso:

Aquilo de que fomos testemunhas nas últimas décadas é, efetivamente, um movimento de involução da democracia. Os regimes que carregam este nome tornaram-se cada vez mais oligárquicos. E estas oligarquias levam cada vez mais a cabo duas tarefas conjuntas: a da sua própria reprodução e a da instauração mundial de uma lei de mercado que exige governos de especialistas insensíveis aos desejos e à agitação das massas ignorantes. É esta suposta especialização que legitima os governos que tomam o lugar da legitimidade popular, em última instância, contra toda e qualquer ideia de um poder do povo (RANCIÈRE, 2014a, s/p).

Neste sentido, percebe-se com clareza que a defesa da democracia é, em última análise, a defesa do espaço político. Todas as tentativas de cercear este espaço, de determinar leis gerais que governariam por si só, que teriam que ser impostas ao povo pois este não estaria plenamente ciente daquilo que seria melhor para si, são tentativas de negar o espaço político. Escreve o autor:

O princípio democrático não é o princípio de um regime político particular. É o princípio da existência da política em geral, o princípio que vem interromper o exercício ‘natural’ das formas de poder e de autoridade imanentes à reprodução da sociedade. Numa palavra, é o princípio que faz com que exista política e não apenas poder (RANCIÈRE, 2014a, s/p).

Assim, portanto, se desvela a tese fundamental de Rancière, qual seja, a de que o espaço político é democrático ou não é político. A democracia, assim, permanece como uma potência destituída em relação à estabilidade dos regimes políticos que excluem da participação aqueles que não tem competência (ou o dom, ou os recursos) para governar. E, em nossos dias, cada vez mais o espaço político se blinda à ampla participação. A economia é apresentada como um intrincado sistema que precisa de *experts* para ser compreendida e dirigida. A política, por sua vez, se torna espaço de *lobby* empresarial, fazendo com que as decisões e articulações estejam absolutamente distantes daqueles que deveriam estar sendo aí representados. Com isso, salta a vista a necessidade de se pensar novamente política e democracia para além das formas instituídas de poder. As ruas, as praças, os espaços públicos, podem ser os locais onde a política e a democracia talvez possam começar a se mostrar com mais força.

O poder do *démos* não pode ser o poder de nenhum grupo específico a não ser do grupo daqueles que não possuem nenhum título específico para exercer o poder, isto é, todos e qualquer um. O poder do povo não é o da população reunida, da sua maioria ou das classes laborais. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm nem título para governar nem para serem governados. É esse o escândalo antinatural da democracia. A democracia arruína a própria ideia de uma qualidade particular que dá a um grupo a legitimidade para governar (RANCIÈRE, 2014a, s/p).

A democracia, portanto, pensada nesta perspectiva, nos torna conscientes de que uma sociedade que produz divisões, uma sociedade que leva a permanente desqualificação de parte de seus membros, não pode em nenhuma hipótese ser uma sociedade democrática. Políticas de exclusão são essencialmente antidemocráticas. E aí está, por fim, o rastro do ódio que a democracia provocou e continua provocando, isto é, sociedades estruturalmente excludentes precisam de sistemas

ideológicos legitimadores que naturalizem as divisões, as diferenças, a injustiça. Toda luta política contra estas formas encobridoras da potência política, gera ódio, ressentimento e violência.

Considerações Finais

A sociedade brasileira – e não só ela – é uma sociedade estruturalmente excludente. O racismo estrutural e seus múltiplos sintomas; a anistia concedida a criminosos e a transição de um regime autoritário para a democracia não plenamente realizada; o espectro do autoritarismo e da violência institucional; o neoconservadorismo religioso emergente com o movimento neopentecostal; todos estes elementos fazem com que seja muito difícil falar de democracia enquanto princípio radical, enquanto realidade efetiva. O termo democracia, ao invés disso, passa a ser um termo usado para legitimar os mais diversos discursos e as mais diversas ações antidemocráticas. E é neste sentido que Jacques Rancière nos ajuda a rastrear o sentido e as origens deste ódio a democracia. Pois, de acordo com a sua maneira de ver a questão, o princípio democrático é uma ameaça direta a toda forma de exclusão social. Enquanto na sociedade houver pessoas com acesso ao mundo político das decisões e outros forem sistematicamente dele excluídos, a democracia será uma potência, antes de tudo, de destruição de ordens violentas e naturalizadas. O ódio que gera é, portanto, o grito ressentido de resistência daqueles que veem seu mundo de privilégios ameaçado. Mas Rancière, além disso, nos ajuda de forma propositiva a pensar os desafios e os caminhos para a construção de uma participação política efetiva e radical.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, H. *As origens do Totalitarismo*. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, H. *O que é Política?* Trad. R. Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BENJAMIN, W. „Über den Begriff der Geschichte“. In: BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. (Sieben Bände in 14 Teilbänden). (Unter Mitwirkung von Theodor W. Adorno und G.Scholem; Herausgegeben von Rolf Tiedemann und Hermann Schweppenhäuser). Frankfurt: Suhrkamp, 1991.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PEREIRA, A. “Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina”. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

RANCIÈRE, J. *Ainda se pode falar em democracia?* Trad. V. Brito. Lisboa: KKYM, 2014a.

RANCIÈRE, J. *Ódio à democracia*. Trad. M. Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014b.

TELES, E. “Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul”. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Recebido em: 13/03/2023

Aprovado em: 25/05/2023

Oneide Perius

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professor na Universidade Federal do Tocantins.

Fábio Caires

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professor na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp).